



MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

Indicação negada

Em apreciação do Conselho Deliberativo do Iprejun, não foi aprovada a nomeação de Igor Jefferson Lima Clemente para o cargo de diretor-presidente do órgão. A nomeação de Clemente foi publicada na Imprensa Oficial do dia 27 de julho, como indicação do prefeito Luiz Fernando Machado. O Executivo diz que a apreciação está em andamento, sem caráter definitivo.

Argumentos

A Prefeitura de Jundiá informa que a indicação de Clemente como diretor-presidente do Iprejun seguiu critério técnico pela sua atuação à frente do Instituto de Previdência de Barueri. O Conselho alega que Clemente não cumpre o requisito para assumir o cargo, pois não é funcionário de carreira, um compromisso assumido pelo próprio prefeito Luiz Fernando Machado no início de seu governo.

E-Imprensa Oficial

A Prefeitura de Jundiá, por meio de projeto de lei, que será apreciado na sessão da Câmara Municipal de terça-feira (8), pretende criar a Imprensa Oficial eletrônica de Jundiá. De acordo com a proposta, a versão on-line substituirá integralmente a versão impressa das publicações oficiais dos atos oficiais de divulgação dos poderes Executivo e Legislativo municipais.

Contenção de gastos

A justificativa da administração municipal para substituir a versão digital pela impressa é que a iniciativa resultará em uma economia de R\$ 450 mil por ano. O serviço da Imprensa Oficial de Jundiá foi instituído na cidade em 1978, desde então a forma impressa perdura. Atualmente, a publicação é lançada às quartas e sextas-feiras, e também pode ser conferida no site da Prefeitura de Jundiá.

Rede TVTEC é aberta

A Rede TVTEC, primeira escola pública-municipal do País de tecnologias digitais, produção audiovisual e TV, será lançada na quarta-feira (9). A instituição é uma parceria entre a Prefeitura de Jundiá e o Centro Paula Souza. Os cursos serão gratuitos e presenciais, com foco na população de jovens e adultos em vulnerabilidade social. As vagas para os dois primeiros cursos foram preenchidos em poucas horas.

Menos burocracia

O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) recebeu em seu gabinete esta semana representantes do Movimento Brasil Competitivo (MBC), entidade especializada em gestão pública que contribuiu com a construção da Reforma Administrativa implantada na Prefeitura de Jundiá em março deste ano. Para o prefeito, o trabalho realizado pela entidade colaborou para redução na burocracia e trouxe excelentes resultados na melhoria dos serviços oferecidos à população.

► 2018-2021

Projeto deve ser apresentado na Câmara até o dia 31 e vereadores terão até o dia 23 de dezembro para apreciação

Audiência pública do Plano Plurianual acontece dia 22

MAURO UTIDA
mutida@j.com.br

Com o objetivo de apresentar e discutir as diretrizes e metas da administração pública municipal para o quadriênio 2018/2021, a Prefeitura de Jundiá realiza no próximo dia 22, às 9h, no auditório do Paço Municipal, uma audiência pública sobre o Plano Plurianual (PPA), que já está em fase de conclusão.

Ontem, a equipe da Unidade de Gestão de Governo e Finanças (UGGF) apresentou aos demais gestores uma análise dos projetos apresentados por eles para serem incluídos no PPA, que deve ser apresentada na Câmara Municipal até o próximo dia 31.

O gestor da UGGF, José Antonio Parimoschi, declarou que este PPA será uma maneira de "reorganizar a casa" e voltou a criticar os gastos da gestão passada, que segundo ele comprometeu a capacidade de investimento da prefeitura. "É fundamental que cada Unidade priorize projetos que estejam mais amadurecidos", afirmou.

Legislativo

O prazo para o PPA ser votado na Câmara Municipal é até o final da sessão legislativa deste ano, dia 23 de dezem-



EXECUTIVO Ontem, a equipe da UGGF apresentou aos gestores uma análise dos projetos apresentados para serem incluídos no PPA

bro. O presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB), informa que antes do projeto estar apto para apreciação deverá seguir um rito jurídico que envolve, após o recebimento, apresentação em sessão ordinária, parecer das diretorias financeira e jurídica, e debate em audiência pública. Em seguida é aberto prazo para envio de emendas parlamenta-

res e por último análise das comissões mistas financeiras e jurídicas.

Martinelli afirma que a participação popular na elaboração do PPA está sendo respeitada pelo Executivo. "Um programa de metas a ser viabilizado ao longo de quatro anos necessita ouvir a população para saber os problemas da cidade e poder organizar um

plano de melhorias ao município", destaca.

Participação popular

De acordo com informações da Prefeitura de Jundiá, durante o período de elaboração deste PPA, que começou em abril, foram realizados mais de 40 encontros, que proporcionaram a contribuição de mais de 530 pessoas

neste processo.

Em nota, a prefeitura informa que o maior objetivo neste processo foi focar nas principais demandas da população, como saúde, segurança, transporte, educação, esporte e assistência social.

Diretrizes do Plano

As diretrizes do desenvolvimento urbano de Jundiá estabelecidas no Plano Diretor do Município devem ser contempladas neste Plano Plurianual, conforme informações do Executivo. As Unidades de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA) e de Governo e Finanças (UGGF) debateram o assunto com o Conselho Municipal de Política Territorial (CMPT).

O presidente do CMPT, Daniel Motta, informa que não teve acesso aos projetos que devem ser incluídos no PPA, porém acredita ser fundamental o Executivo priorizar os temas que já foram discutidos com a população, como as diretrizes do Plano Diretor, do Plano Local de Habitação e Interesse Social, do Plano Municipal de Educação, o de Saneamento Básico da DAE, e dos Planos de Segurança e Turismo. "Temos que priorizar programas e políticas públicas que já existem na cidade, diz Motta.

► ANTIGA ADMINISTRAÇÃO

Tribunal reprova contas de 2015 da gestão Bigardi

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo emitiu parecer prévio desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura de Jundiá, no exercício de 2015, durante o governo de Pedro Bigardi (PSD). Ainda cabe recurso.

O parecer prévio do gabinete da conselheira Cristina de Castro Moraes, em sessão de 4 de julho, aponta falhas recorrentes em planejamentos de políticas públicas, como Plano de Saneamento Básico, Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e o Plano de Mobilidade Urbana, além de rombos orçamentários nas dívidas do município.

O documento aponta também a falta de recolhimento dos valores referentes às obrigações previdenciárias junto

ao Instituto de Previdência do Município de Jundiá (Iprejun), nos meses de setembro a dezembro daquele ano e o posterior parcelamento desses débitos em 60 meses, provocando o aumento da dívida de longo prazo.

Também é destacado o aumento do número de servidores comissionados de 427 para 451, agravada, no entendimento da Corte, pela existência de expressiva parcela desses cargos em comissão cujas atividades não se enquadraram nas exigências constitucionais, como atividades de chefia, direção ou assessoramento.

O ex-prefeito Pedro Bigardi informou que, por meio de seu advogado, apresentará o pedido de reexame do parecer ao TC. Ele afirmou que ficou

surpreso pelo parecer do Tribunal de Contas, pois entre 2013 e 2014 as contas da prefeitura foram aprovadas com grande índice de gestão. "No caso do Iprejun, o parcelamento dos pagamentos teve aprovação do Conselho Deliberativo do órgão e também do Ministério Público", defende.

A Prefeitura de Jundiá informou que apresentará pedido de reexame ao Tribunal de Contas visando à reforma do parecer. Segundo a administração municipal, o pedido de reexame possui efeito suspensivo ao parecer. "Cumprido informar ainda que a administração municipal de Jundiá, por meio do atual Governo, elaborou projeto de lei, o qual foi aprovado pela Câmara Municipal e convertida na lei



EX-PREFEITO Pedro Bigardi informou que pedirá reexame do parecer do Tribunal de Contas

8.763, visando à reestruturação da administração pública e à criação e extinção dos cargos que especifica, alterações estas que também tiveram

por escopo adequar a disciplina dos cargos em comissão em consonância com o disposto na Constituição da República". (Mauro Utida)

► RETALIAÇÃO

Governo começa a demitir aliados de deputados 'infiéis'

O governo exonerou o superintendente do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) em Santa Catarina como punição ao deputado Jorginho Mello (PR-SC), que votou contra o presidente Michel Temer na Câmara na última quarta-feira (2).

O engenheiro Vissilar Pretto ocupava o comando do órgão desde abril de 2014, apadrinhado por Mello. A portaria com a exoneração do superintendente foi publicada nesta sexta-feira (4) no Diário Oficial da União.

Fontes do Palácio do Planalto confirmaram que tratava-se de uma retaliação a deputados da base aliada que votaram a favor da denúncia por corrupção passiva contra Temer encaminhada pela Procuradoria-Geral da República. O governo conseguiu rejeitar a denúncia no plenário, mas 89 parlamentares de partidos governistas votaram contra o presidente.

Dos 39 deputados do PR, nove votaram contra o relatório que recomendava a rejeição da denúncia - ou seja, votaram contra Temer. Jorginho Mello foi

um deles. "Sou a favor de toda e qualquer investigação. Peço vênia a meu partido e voto não ao relatório", declarou o deputado no plenário na quarta-feira.

O PR comanda o Ministério dos Transportes e distribuiu as superintendências regionais do Dnit entre seus parlamentares. O órgão comanda a realização de obras em estradas, consideradas um ativo eleitoral importante para muitos deputados.

A cúpula do partido pressionou o governo para demitir outros aliados dos deputados que "traíram" Temer no plenário.

► DO GOVERNO TEMER

Economistas do PSDB pedem desembarque do partido

Os economistas Elena Landau, Gustavo Franco e Edmar Bacha, formadores da política econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso, publicaram carta aberta ao presidente interino do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), pedindo que o partido deixe a base do governo de Michel Temer.

Em texto publicado nas redes sociais pouco depois da sessão na Câmara que arquivou pedido de investigação de Temer, os economistas tucanos pedem que os quatro ministros do partido no governo entreguem seus cargos. Landau, Franco e Bacha pe-

dem também a renovação na direção do PSDB. Após suspeitas de corrupção, o senador Aécio Neves (MG) foi afastado da presidência nacional da sigla. Landau disse à reportagem que a carta foi uma alternativa à desfiliação dos economistas do PSDB. Os signatários manifestaram apoio à permanência de Tasso no comando do partido. Os economistas fazem críticas à aliança atual com o PMDB, diante das denúncias que recaem sobre o presidente Michel Temer e seu núcleo político. Dizem que o governo atual é manchado pela "corrupção institucionalizada". (Folhapress)